

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024223808/2025 - SES.USE.NAIPE

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada.

1.2 - Encontra-se vigente o Edital de Credenciamento Nº 003/2010 (4150545) para **prestação de serviços assistenciais de saúde, em procedimentos de média complexidade para Atendimento/Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, a serem realizados por intermédio de Equipe Multiprofissional e Multidisciplinar, através de Unidade/Serviço de Reabilitação de Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista**. Oriundo do referido edital consta em execução 2 (dois) credenciados: 20.0.003435-1 (Termo de Credenciamento nº 001/2020) e 22.0.217099-0 (Termo de Credenciamento nº 785/2022). No início de 2023 identificou-se a necessidade de substituição dos Editais de Credenciamento Nº 429/2022 e Nº 068/2022 e, consequentemente, dos credenciamentos a ele vinculados, os quais são regidos pela Lei nº 8.666/93 e precisam ser adequados à "Nova Lei de Licitações", Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Memorando SEI Nº 0019731115/2024 - SES.UAD.ACP).

1.3 - O município não dispõe de capacidade instalada por meio dos serviços próprios para o atendimento de toda a demanda, necessitando do credenciamento de serviços complementares.

1.4 - Assim, faz-se necessária a publicação de novo edital, no intuito de contratar, de forma complementar, prestadores dos serviços de saúde para atendimento da demanda.

1.5 - O presente credenciamento tem como objetivo suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados para a Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, para atender as demandas existentes de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

1.6- A CREDENCIADA deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços terceirizados para execução de procedimentos complementares necessários ao cumprimento do objeto.

1.7 - A CREDENCIADA deverá seguir as Diretrizes para aos Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Transtorno do Espectro do Autismo na Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência em Santa Catarina, conforme instrutivo do Ministério da Saúde, conforme a [Deliberação 103/CIB/2022](#).

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1. O Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024, conforme Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

1-Local de execução dos serviços:

1.1. Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no território de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Os atendimentos deverão ocorrer diariamente, de segunda a sexta- feira, exceto feriados e pontos facultativos, conforme horário de expediente da CREDENCIADA.

1.3. Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA.

1.4. Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

1.4.1. Regras do sistema: O sistema considerará os procedimentos credenciados, os procedimentos vinculados aos grupos de agenda (sendo de responsabilidade do prestador), parâmetros de idade do paciente, disponibilidade de cota financeira e disponibilidade de vagas para o grupo de controle (GC) do procedimento.

1.5. Será respeitada a fila de espera atual, de acordo com a classificação de prioridade conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

1.6. Os pacientes agendados mensalmente serão comunicados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e deverão retirar o protocolo de agendamento no local indicado pelo operador do aviso. Este documento deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no dia da realização do atendimento.

1.7. Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.

1.8. A remuneração dos serviços será conforme os valores constantes no quadro de itens abaixo (Quadro I).

1.9. O reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União. Não serão concedidos reajustes anuais.

1.9.1. O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. .

2-Equipe Mínima:

2.1. Médico Neurologista ou Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo Clínico e Fonoaudiólogos devidamente inscritos e regulares no conselho regional de sua categoria.

2.2. Responsável Técnico com nível superior, devidamente habilitado, que somente poderá assumir a responsabilidade técnica por um único serviço credenciado no Sistema Único de Saúde, devendo residir no mesmo município onde está instalado o serviço ou cidade circunvizinha.

2.3. Poderão ainda ser inseridos à equipe, em caráter opcional, outros profissionais que integram os serviços de reabilitação, quais sejam: assistente social, enfermeiro, fisioterapeuta, nutricionista, pedagogo, bem como outros profissionais de apoio.

2.4. Equipe apoio suficiente para atender ao objeto do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada.

2.5. Todos os profissionais que atuarem no credenciamento deverão estar inscritos e regulares no conselho regional de sua categoria e cadastrados no CNES da empresa CREDENCIADA.

3-Equipamentos e outros:

3.1. Estrutura conforme roteiro de visita técnica.

3.1.2. Relação de equipamentos (quantificar e especificar), contendo marca e modelo (DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.2. Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto do edital com a respectiva carga horária semanal e titulação. Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES (DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.3. Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS.

3.4. Declaração de Aceitação dos Preços, conforme DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1. Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA.

4.2. Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

5-Cronograma de execução dos serviços:

- 5.1. A CREDENCIADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão municipal, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.
- 5.2. A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.
- 5.3. O edital de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. ficará aberto por prazo indeterminado.
- 5.4. O presente credenciamento será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 5.5. O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que O credenciamento está prevista no Plano Plurianual.
- 5.6. Considerando o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, não existem exigências específicas referentes à manutenção e à assistência técnica.

6-Do Sistema De Rodízio:

Com o objetivo de assegurar a equidade entre as empresas CREDENCIADAS e estabelecer um procedimento adequado de rodízio, será implementada a seguinte metodologia:

- 6.1 - Havendo mais de uma CREDENCIADA, o agendamento ocorrerá em sistema de rodízio por usuário, sendo alternado a CREDENCIADA a cada usuário indicado para o serviço:
- 6.2 - O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo a primeira CREDENCIADA, a primeira a prestar os serviços e assim sucessivamente;
- 6.3 - Havendo mais de uma CREDENCIADA na mesma data, para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio, o primeiro a prestar os serviços será a CREDENCIADA que assinar primeiro o credenciamento, o qual será evidenciado pelo horário da assinatura no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- 6.4 - Havendo empate entre as CREDENCIADAS será utilizado como critério de desempate o protocolo de envelopes;
- 6.5 - Os agendamentos dos primeiros atendimentos dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização;
- 6.6 - Se a CREDENCIADA atingir a sua capacidade máxima de oferta, a CREDENCIANTE seguirá o esquema de rodízio.
- 6.7 - Deverá ser respeitada a continuidade do tratamento do usuário no mesmo credenciado. Sendo assim, o prestador que fizer o primeiro atendimento continuará com o tratamento do usuário até o final do plano terapêutico singular;
- 6.8 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado;
- 6.9 - A cada nova empresa credenciada esta passará a integrar a lista de credenciadas na última posição da fila.

7-Gestão do Credenciamento

- 7.1. A gestão do termo contratual será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. .
- 7.2. Critério de medição e pagamento:
- 7.2.1 - O pagamento será efetuado com base nos serviços realizados, após a conferência e aceitação definitiva do atendimento às especificações do Termo de Referência.
- 7.2.2 - Para o recebimento do pagamento, a CREDENCIADA deve apresentar dois relatórios: um relatório individual de cada usuário e um relatório resumido com todos os procedimentos realizados que será inserido na

nota fiscal. A CAF será responsável pela conferência dos relatórios e demais documentos pertinentes.

7.2.3 - Os serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do Relatório de Prestação de Serviço. A CREDENCIADA deve apresentar dois relatórios: um relatório individual de cada usuário e um relatório resumido com todos os procedimentos realizados que será inserido na nota fiscal. A CAF será responsável pela conferência dos relatórios e demais documentos pertinentes.
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento provisório, e mediante aprovação do Relatório de Prestação de Serviço conferidos e aceitos, a CAF autorizará a emissão da nota fiscal pela CREDENCIADA;
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 7.2.3, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CREDENCIADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e) Se a CREDENCIADA constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CREDENCIADA deverá providenciar no prazo estipulado no contrato, a repetição do serviço, visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3 - O prazo para a solução, pela CREDENCIADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 - O pagamento será por serviço realizado, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do presente documento.

8-Obrigações da CREDENCIADA específicas do objeto

Obrigações Gerais:

8.1. A CREDENCIADA deverá possuir em seu estabelecimento área física compatível ao número de usuários a serem atendidos, assim como equipamentos adequados a realização dos procedimentos e número de profissionais.

8.2. A CREDENCIADA deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário e nos sistemas de informação da CREDENCIANTE, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011.

8.3. A CREDENCIADA deverá dispor de no mínimo 01 (um) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada para uso do sistema de gestão do Município.

8.4. Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

8.4.1. Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados no Sistema CNES (Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde).

8.4.2. Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

a) Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada, definindo dias e horários para realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado no credenciamento.

b) Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

c) Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas. É obrigação do prestador que a baixa seja efetuada no mesmo dia em que o paciente tenha sido atendido.

d) Do fechamento da produção: o prestador deverá fechar sua produção no Sistema Integrado de Gestão no primeiro dia útil do mês subsequente ao de atendimento.

8.3. Dos procedimentos para faturamento no sistema:

a) Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico dos arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no

Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

b) APAC – Autorização de Procedimentos Ambulatoriais: procedimentos que exigem registro em APAC, quando for o caso, deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

c) Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios do sistema.

d) Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas pela CREDENCIADA em até 02 (dois) dias úteis.

8.4. A CREDENCIADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês, os protocolos de agendamento autorizados pelo sistema integrado e demais documentos quando solicitados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville.

8.5. A CREDENCIADA se responsabilizará pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos no sistema do Município, respeitando os prazos previstos no edital.

8.6. A CREDENCIADA será responsável pela manutenção dos equipamentos necessários, bem como pelos custos dos materiais utilizados no atendimento do usuário.

8.7. A CREDENCIADA deverá enviar à Secretaria Municipal da Saúde / Central de Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde a grade de horários na qual estará reservada para atendimento aos usuários SUS para o período informado. O envio desta grade será realizado por meio eletrônico através do sistema de informação e deverá ser realizado até o 1º dia útil do mês subsequente.

8.8. Esta grade deverá contemplar as vagas para o agendamento de usuários para no mínimo 60 dias úteis para o planejamento e gestão dos serviços de saúde no município.

8.9. A CREDENCIADA obriga-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente os serviços prestados.

8.10. A CREDENCIADA deverá manter atualizados na Secretaria Municipal da Saúde os dados e requisitos exigidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e/ou outros sistemas de informações pertinentes no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS que venham a ser normatizados e implementados.

8.11. A CREDENCIADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

8.12. A CREDENCIADA deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento comprobatório informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais.

8.13. A CREDENCIADA deverá justificar, por escrito, ao usuário ou ao seu representante e à Secretaria Municipal da Saúde, no prazo de 2 (dois) dias úteis, as razões técnicas quando da não realização de qualquer procedimento credenciado no Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas fisco-financeiras da Programação Pactuada e Integrada.

8.14. A CREDENCIADA deverá observar e cumprir os protocolos de acesso e regulação da rede pública assistencial de saúde e também submeter-se às normas e rotinas da Central de Regulação, Controle e Avaliação do Gestor Municipal.

8.15. A CREDENCIADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

8.16. A CREDENCIADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98.

8.17. A CREDENCIADA deverá justificar e comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, por escrito, ao fiscal do credenciamento designado da Área de Regulação, quando da impossibilidade temporária ou redução da oferta de serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

8.18. Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CREDENCIADA deverá informar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada ao fiscal do credenciamento designado da Área de Serviços Especiais, para que seja realizada a devida alteração contratual e/ou demais ajustes necessários, através do e-mail ses.use@joinville.sc.gov.br.

8.19. A CREDENCIADA deverá comunicar a CREDENCIANTE, Área de Serviços Especiais, eventual alteração de sua razão social, controle acionário, mudança em sua Diretoria, credenciamento ou Estatuto, alterações de endereço e telefone.

8.20. As alterações deverão ser comunicadas imediatamente após as alterações efetuadas, exceto mudança de endereço, que deverá ser comunicada pelo menos **30 dias corridos antes**.

8.21. Em caso de mudança de endereço, será realizada visita técnica no novo local.

8.22. Em nenhuma hipótese a CREDENCIADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CREDENCIANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

8.23. A CREDENCIADA deverá atender aos usuários, obedecendo a Programação Físico-Orçamentária estabelecida e o agendamento realizado pela CREDENCIANTE (modelo anexo).

8.24. A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

8.25. CREDENCIADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

8.26. Todas as despesas necessárias à execução dos serviços objeto deste documento correrão por conta da CREDENCIADA.

8.27. A CREDENCIADA deverá estar de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

8.28. A CREDENCIADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços credenciados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

8.29. A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do credenciamento, e demais documentos técnicos fornecidos.

8.30. A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

8.31. A CREDENCIADA deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, executando-o de acordo com o disposto no credenciamento.

8.32. A CREDENCIADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência.

8.33. A CREDENCIADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

8.34. A capacidade técnica instalada será definida por meio de visita técnica realizada pela CREDENCIANTE.

8.35. Não poderão participar do Credenciamento os hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com o Gestor Municipal do SUS.

8.36. A CREDENCIADA deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

8.37. A CREDENCIADA deverá corrigir e/ou refazer os serviços que apresentar qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a CREDENCIANTE, bem como que seja indicado o prazo de 30 (trinta) dias para tal correção.

8.38. A CREDENCIADA deverá abrir diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em credenciamento, definindo dias e horários para realização dos atendimentos.

8.39. A manutenção da agenda ficará a cargo do prestador, considerando a proporção do teto anual e número de meses de vigência do credenciamento.

8.40. Na data do atendimento, a CREDENCIADA deverá realizar a recepção do usuário no SIG a partir da digitação da chave de acesso impressa no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

8.41. Os atendimentos deverão ser registrados no prontuário da CREDENCIANTE (SIG), incluindo os resultados de avaliações que eventualmente sejam realizados.

8.42. Na mesma data do atendimento, a CREDENCIADA deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas.

8.43. Deverão ser realizadas por equipe **multiprofissional** em **caráter interdisciplinar** atividades **individuais e/ou grupos** de estimulação sensorial e psicomotora, incluindo avaliação, estimulação e orientação relacionadas ao desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência intelectual ou com autismo.

8.43.1. O atendimento terapêutico multidisciplinar deverá ter uma duração mínima de 30 (trinta) minutos.

8.43.2. Considera-se atividade multidisciplinar aquela desenvolvida por pelo menos 03 (três) profissionais de categorias distintas, sendo obrigatoriamente exigido, a participação de 01 (um) profissional da equipe mínima;

8.44. Os atendimentos deverão seguir o Plano Terapêutico Singular (PTS) proposto em avaliação interdisciplinar inicial da CREDENCIADA, estipulando um mínimo de 80 atendimentos e no máximo 100 atendimentos por usuários.

8.44.1 Cada usuário deverá ter um PTS e ao finalizar o PTS o usuário deverá ser encaminhado à Unidade Básica de Saúde de referência com relatório das atividades desenvolvidas, através do sistema integrado de gestão SIG por contrarreferência. Caso o usuário precisar de mais acompanhamento/atendimento, poderá realizar com a equipe e-multi no território e/ou seguir o fluxo conforme Protocolo de Acesso ao NAPE.

8.44.2 A CREDENCIADA deverá realizar os atendimentos/acompanhamentos em Reabilitação do Neurodesenvolvimento em conformidade com o Protocolo da Secretaria da Saúde de Joinville / Fundo Municipal de Saúde de Joinville e Diretrizes para aos Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Transtorno do Espectro do Autismo na Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência em Santa Catarina, conforme instrutivo do Ministério da Saúde, conforme Deliberação 103/CIB/2022.

8.44.3 A CREDENCIADA deverá respeitar o limite de 20 (vinte) procedimentos por paciente ao mês conforme parâmetros estabelecidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS, não podendo ultrapassar o máximo de 100 atendimentos por PTS.

8.45. A CREDENCIADA deverá participar de todas as atividades complementares a serem desenvolvidas pelo Serviço de Reabilitação de Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista, compreendendo:

- a) Preparação para alta, convívio familiar e social, articulada com a rede básica ambulatorial ou com Estratégia Saúde da Família - ESFs, fazendo o acompanhamento do paciente em tratamento ou em alta sempre que necessário;
- b) Orientação técnica para as Equipes / Estratégia Saúde da Família - ESFs;
- c) Participação em campanhas de prevenção de deficiências ou qualquer campanha Nacional ou Estadual, direcionada a promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- d) Subsídio à elaboração de planos de saúde Estadual e/ou Municipal, visando melhorar o perfil epidemiológico da área de abrangência;
- e) Informação ao Gestor Municipal ou Estadual sempre que houver dificuldades de fluxo ou atendimento;

9-Obrigações da CREDENCIANTE específicas do objeto:

9.1. Os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde de Joinville.

9.2. A CREDENCIANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

9.3. A CREDENCIANTE deverá efetuar visitas técnicas nas instalações dos prestadores para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar o cumprimento dos requisitos do credenciamento, conforme Roteiro de Visita Técnica.

9.4. A CREDENCIANTE deverá efetuar o pagamento, em conformidade com o constante no Edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

9.5. A CREDENCIANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CREDENCIADA.

9.6. A CREDENCIANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do credenciamento.

9.7. A CREDENCIANTE deverá intervir no objeto do credenciamento nos casos previstos em lei e na forma do credenciamento visando proteger o interesse público.

9.8. A CREDENCIANTE deverá estabelecer mecanismos de controle de cumprimento dos serviços pela CREDENCIADA.

9.9. A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.10. A CREDENCIANTE deverá notificar a CREDENCIADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço fornecido.

9.10.1. A CREDENCIANTE estabelecerá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação, para que a CREDENCIADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas.

9.11. A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

9.12. Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

10-Gestão do Credenciamento

10.1. A gestão do termo contratual será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

11-Condições Gerais:

11.1. Comprovação de inscrição e regularidade do estabelecimento no Conselho Regional Médico.

11.2. Alvará Sanitário vigente, emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, compatível com o serviço a ser prestado.

- 11.3 Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário, ou documento equivalente, emitido pela Autoridade Sanitária competente.
- 11.4. Comprovante de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES da unidade.
- 11.5. Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, credenciamento de Prestação de Serviço ou Contrato Social.
- 11.6. Alvará/Licença de funcionamento Municipal regular, atualizado e compatível com o serviço de saúde a ser credenciado.
- 11.7. Comprovante de inscrição e regularidade dos profissionais que atuarão no credenciamento no respectivo conselho regional da categoria.
- 11.8. Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

12-Descredenciamento

- 12.1. Constituem motivos para descredenciamento o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições constantes no edital, bem como os motivos previstos na legislação vigente.
- 12.2. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo da conveniência e oportunidade da CREDENCIANTE, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público ou a pedido da CREDENCIADA, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa , pessoa jurídica de direito privado, com sede na..... , -...../SC, inscrita no CNPJ nº..... , por meio de seu representante legal, abaixo firmado, em atenção ao Edital de Credenciamento Universal N° XXX/2024 vem manifestar sua aceitação aos preços praticados no edital, estando ciente que os reajustes serão concedidos de acordo atualização da Tabela SIGTAP/SUS.

Joinville,

Nome do responsável:
CPF:

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº..... , por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) , portador(a) do C.P.F. nº..... , DECLARA que estará disponível, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço eletrônica, para iniciar o atendimento dos serviços do Edital de Credenciamento nº xxx/20xx, consoante às regras do edital e do Sistema Único de Saúde (SUS), obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declara ainda que disporá das instalações e dos equipamentos necessários a perfeita execução do objeto, bem como, manterá no quadro funcional da empresa, a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços, o(s) profissional(is) técnico(s) relacionados(s), e que, em caso de dispensa, o(s) substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência prévia da Secretaria da Saúde, para prestação de atendimento aos usuários do SUS, nos termos do Edital. No caso de não substituição do(s) profissional(is), justificará à Secretaria da Saúde os devidos motivos, com a garantia de que a execução dos serviços não será prejudicada, e ciente de que a programação físico-orçamentária (PFO) poderá ser revista.

Relação de profissionais da **equipe mínima** (para preenchimento da empresa):

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES	Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Credenciamento
1)				
2)				
3)				
4)				
5)				
6)				
7)				
8)				
9)				
10)				

Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o credenciamento.

Relação de profissionais da **equipe complementar** (para preenchimento da empresa):

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES	Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Credenciamento
1)				
2)				
3)				
4)				
5)				
6)				
7)				
8)				
9)				
10)				

Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o credenciamento.

Relação de equipamentos:

Descrição	Quantidade	Descrição / Marca / Modelo
1)		
2)		
3)		

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Pelo presente, atendendo ao Edital de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada, para prestação de serviços assistenciais de saúde, procedimento de média complexidade, para a reabilitação de deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista, a serem realizados por equipe multiprofissional e multidisciplinar, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM SIGTAP/SUS, a empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxx solicita o credenciamento dos serviços especializados para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por oportuno, declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no Edital de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. nº xxx/20XX e seus anexos e que temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal

Outrossim, declaramos que aceitamos as normas do SUS e a remuneração proposta, a qual será feita exclusivamente com base nos valores expressos na Tabela de Procedimentos e Valores do edital, da qual temos pleno conhecimento.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da Conta-corrente: _____

Para fins de contato, informamos abaixo o endereço de e-mail e telefones:

E-mail: _____

Telefones: _____

Para fins de assinatura do credenciamento, informamos abaixo os dados do responsável:

Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

Joinville, ____ de _____ de _____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF:

NOME DO ESTABELECIMENTO:

CNPJ:

ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS.
O objetivo deste roteiro é verificar a regularidade do estabelecimento junto aos órgãos de fiscalização, observando as condições de funcionamento e a regular atuação dos profissionais. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.

1. IDENTIFICAÇÃO DA CLÍNICA

Nome empresarial:

CNES:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

2. ANÁLISE DOCUMENTAL

2.1 O Alvará Sanitário está dentro do prazo de validade?

() sim () não

Se não, justificar:

2.2 O estabelecimento está inscrito e regular junto ao Conselho Regional de Medicina?

() sim () não

Se não, justificar:

2.3 Há compatibilidade entre as atividades descritas no Alvará Sanitário, na inscrição do Conselho Regional de Medicina e procedimentos a serem credenciados?

() sim () não

Se não, justificar:

2.4 O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) está devidamente atualizado?

- Equipamentos

() sim () não () não se aplica

Se não, justificar:

- Profissionais e carga horária

() sim () não

Se não, justificar:

- Serviço e classificação

() sim () não () não se aplica

Se não, justificar:

- Habilitação

() sim () não () não se aplica

Se não, justificar:

3. EQUIPE

3.1 O responsável técnico é um dos profissionais da equipe mínima obrigatória ou da equipe complementar?

() sim () não

Se não, justificar:

3.2 Os profissionais estão inscritos e regulares nos seus respectivos órgãos de classe?

() sim () não

Se não, justificar:

3.3 Equipe mínima composta pelos seguintes profissionais de saúde, devidamente registrados em seus respectivos Conselhos Regionais, conforme o que estipula a Portaria MS/SAS 492, de 30 de abril de 2013:

Profissionais	Sim	Não	Carga Horária Semanal para atuação no credenciamento
a) Médico Neurologista ou Psiquiatra – com título de especialista pela respectiva Associação Médica Brasileira ou residência reconhecida pelo MEC	()	()	
b) Fonoaudiólogo	()	()	
c) Psicólogo	()	()	
d) Terapeuta Ocupacional;	()	()	

3.4 Equipe complementar, com os seguintes profissionais, devidamente registrados em seus respectivos Conselhos Regionais:

Profissionais	Sim	Não	Carga Horária Semanal para atuação no credenciamento
a) Fisioterapeuta	()	()	
b) Assistente Social	()	()	
c) Médico Clínico Geral e/ou Pediatra	()	()	

4. EQUIPAMENTOS, ESTRUTURA E OUTROS
<p>4.1 Os atendimentos e procedimentos realizados são devidamente registrados em prontuário? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se não, justificar:</p> <p>4.2 Todos os equipamentos e materiais estão em boas condições? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação:</p> <p>4.3 É realizada manutenção preventiva dos equipamentos? Existe registro desta manutenção e/ou contrato com empresa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação:</p> <p>4.6 O serviço dispõe de protocolos de assistência e/ou procedimentos operacionais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, quais:</p> <p>4.7 O ambiente em geral possui boas condições de higienização? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
5. PROCEDIMENTOS E CAPACIDADE INSTALADA
<p>5.1 A clínica tem capacidade de realizar o procedimento previsto no edital? (verificar parâmetros da Tabela SIGTAP/SUS e eventuais limitações) <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se não, justificar:</p> <p>5.2 Estimativa da capacidade instalada: Procedimentos por mês: Metodologia de cálculo:</p>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES
Considerações:
7. CONCLUSÃO
<input type="checkbox"/> Atende os requisitos <input type="checkbox"/> Não atende os requisitos Especificar: Equipe da visita técnica: Data da visita técnica: Responsável pelo estabelecimento durante a visita técnica:

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa **[Razão/Denominação Social]**, pessoa jurídica com sede em **[Endereço]**, inscrita no CNPJ com o n.º **[Nº de Inscrição]**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, em virtude de execução contratual poderá, por intermédio de seus profissionais, tomar conhecimento de informações sigilosas constantes de bases de dados do Município de Joinville e, por isso, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- O objetivo deste termo de compromisso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Joinville e reveladas à credenciada em razão da execução dos serviços objeto do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. nº ____/20__, doravante denominado simplesmente credenciamento, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes no órgão durante a realização dos serviços.
- A expressão “informações restritas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: informações em bases de dados ou qualquer outro meio eletrônico, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de munícipes, preços e custos, definições e informações de processos internos, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras, entre outros.
- A CREDENCIADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem

a anuência formal e expressa do Município de Joinville, das informações restritas reveladas. Também se compromete a não utilizar e nem permitir que diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CREDENCIAMENTO, informações restritas reveladas.

4. A CREDENCIADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Município de Joinville. A CREDENCIADA deve identificar esses profissionais da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
5. A CREDENCIADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre os colaboradores envolvidos na execução do CREDENCIAMENTO os atos normativos relativos a Segurança da Informação praticados no âmbito do Município de Joinville.
6. A CREDENCIADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CREDENCIADO.
7. A CREDENCIADA obriga-se a informar, imediatamente ao Município de Joinville, qualquer violação de regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo de informações restritas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Município de Joinville, possibilitará a imediata rescisão de qualquer credenciamento firmado entre o Município de Joinville e a CREDENCIADA sem qualquer ônus para o Município de Joinville. Neste caso, a CREDENCIADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Município de Joinville, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
9. O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do Município de Joinville.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente termo, a CREDENCIADA assina o presente termo por meio de seus representantes legais.

Local, ____ de _____ de 20__.

CREDENCIADA

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA

DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) **[nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto]**, CPF _____, ocupante do cargo **[cargo que ocupa]** na empresa **[Nome (Razão Social) da empresa]**, CNPJ **[número do CNPJ da empresa]**, declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **Termo de Compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Município de Joinville**, emitido por ocasião da assinatura do credenciamento nº _____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local, ____ de _____ de 20__.

CREDENCIADA

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para O presente credenciamento foram considerados os quantitativos atualmente credenciados, além da demanda reprimida, oferta atual e a estimativa de novos casos/ano.

4.2 - Para esta estimativa consideramos normalizar a demanda reprimida em dois anos, sendo que, temos hoje 2.192 usuários em filas de espera, cada usuário realiza em média de 80 atendimentos, seria necessário o total de 175.360 atendimentos para atender a demanda reprimida, dividindo por dois anos, seriam necessários 87.680 atendimentos/ ano.

4.3 - Somando a produção anual das empresas já credenciadas, sendo 11.519 atendimentos/ ano da IRPH e 10.642 atendimentos/ ano da APAE, chegamos a um total de 109.841 atendimentos ao ano necessários.

4.4 - Considerando a produção dos profissionais terapeutas do NAIPE, 5.046 atendimentos /ano.

4.5 - Chegamos à quantidade estimada de 104.795 atendimentos para 12 meses e 209.590 para 24 meses, conforme a tabela abaixo

QUADRO I. PROCEDIMENTO, DESCRIÇÃO E VALORES.				
CÓDIGO SUS	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE (ANO)	VALOR UNITÁRIO SIGTAP/SUS	VALOR TOTAL ESTIMADO
03.01.07.007-5	Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor	60.000	R\$ 17,67	R\$ 1.060.200,00
03.01.07.002-4	Acompanhamento de paciente em reabilitação em comunicação alternativa	2.000	R\$ 17,67	R\$ 35.340,00
03.01.07.005-9	Acompanhamento psicopedagógico de paciente em reabilitação	10.000	R\$ 17,67	R\$ 176.700,00
03.01.07.008-3	Atendimento em oficina terapêutica I em grupo para pessoas com deficiência (por oficina terapêutica I)	10.000	R\$ 6,66	R\$ 66.600,00
03.01.07.011-3	Terapia fonoaudiológica individual	10.000	R\$ 10,90	R\$ 109.000,00
03.01.01.004-8	Consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico)	12.795	R\$ 6,30	R\$ 80.608,50
	TOTAL 12 MESES	104.795		R\$ 1.528.448,50
	TOTAL 24 MESES	209.590		R\$ 3.056.897,00

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso e processo seletivo, convênio, licitação e credenciamento.

5.1.1 - As modalidades concurso e processo seletivo teriam impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites para os gastos com a folha de pagamentos nos municípios. Soma-se ainda a necessidade de implantar estrutura física e tecnológica para a execução dos serviços. A curto e médio prazo, o Município não dispõe de capacidade para implantação de tal serviço especializado.

5.1.2 - O convênio é uma parceria firmada entre o gestor do SUS com e organizações sociais e entidades sem fins lucrativos com o objetivo de integrar a entidade à rede de atenção à saúde ([Portaria de Consolidação MS/GM 002/2017](#), origem Portaria MS/GM Nº 3.410/2013). A dependência de um único fornecedor ou prestador limitaria a capacidade de contratualização e envolveria riscos na manutenção da oferta. Também obrigaria a contratação de todo o quantitativo estimado.

5.1.3 - A licitação consiste em procedimento administrativo formal, em que a Administração Pública convoca, por meio de edital ou aviso, interessados em apresentar propostas para O credenciamento de prestação de serviços de saúde, e se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório ([Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) 2017, pag. 26). Para esta modalidade também considera-se como desvantagem a dependência de um único fornecedor ou prestador, o que limitaria a capacidade de credenciamento e envolveria riscos na manutenção da oferta. Também obrigaria a contratação de todo o quantitativo estimado. Além disso, os valores dos procedimentos já são determinados pelo Ministério da Saúde por meio da Tabela Sigtap/SUS.

5.1.4 - Na modalidade de credenciamento universal todos os interessados e que preencham os requisitos previamente determinados em edital podem ser credenciados. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Esta modalidade de credenciamento consta descrita no [Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) (2017, pag. 40-41).

"(...) No credenciamento todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente credenciados, sem que haja relação de exclusão. Como todos os interessados são credenciados, não há que se competir por nada, forçando-se reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexistência de licitação pública.¹⁷ (...)"

¹⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e

5.2 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a implementação da territorialização dos atendimentos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores dos procedimentos serão os estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Tabela Sigtap/SUS.

6.2 - Será concedido reajuste em caso de atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União.

6.3 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do credenciamento.

6.4 - Estima-se a contratação no valor de **R\$ 1.528.448,50** (um milhão, quinhentos e vinte o oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) para 12 meses e R\$ 3.056.897,00 (três milhões, cinquenta e seis mil oitocentos e noventa e sete reais) para 24 meses.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação por meio de credenciamento universal.

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	x			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	x			
3	Descrição dos requisitos da contratação	x			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	x			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação			x	
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	x			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	x			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	x			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			x	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			x	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			x	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	x			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	x			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	x			
	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que				

7*	Ihe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.	x			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	x			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	x			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	x			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		x		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		x		
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			x	
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	x			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do credenciamento, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	x			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.			x	
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	x			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	x			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		x		

* Os itens em destaque são de preenchimento obrigatório.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - Os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada. .

8.2 - Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no edital. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda.

8.3 - A Programação Físico-Orçamentária (PFO) poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

8.4 - A CREDENCINTE deverá elaborar o Plano Terapêutico Singular (PTS) considerando as necessidades do usuário.

8.4.1 - O Plano Terapêutico Singular (PTS) deverá ser realizado em sua totalidade por apenas uma CREDENCIANTE, não sendo permitido a divisão entre credenciados.

8.5 - O objeto não é divisível, cabendo aos prestadores realizar todos os procedimentos previstos no Quadro I.

8.6 - A CREDENCIANTE deverá prestar a totalidade dos procedimentos, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

8.7 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS, do Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista da Secretaria de Estado da Saúde, e publicação de errata.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados para atender as demandas existentes de forma complementar ao SUS na especialidade de reabilitação de deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista, a serem realizados por equipe multiprofissional e multidisciplinar.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de equipe técnica e sistema que permitem acompanhar a execução dos serviços.

10.2 - Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Conforme descrito 1.2, encontra-se vigente o Edital de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada Nº 003/2010 (4150545) para **prestação de serviços assistenciais de saúde, em procedimentos de média complexidade para Atendimento/Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, a serem realizados por intermédio de Equipe Multiprofissional e Multidisciplinar, através de Unidade/Serviço de Reabilitação de Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista.** Oriundo do referido edital consta em execução 2 (dois) credenciados: 20.0.003435-1 (Termo de Credenciamento nº 001/2020) e 22.0.217099-0 (Termo de Credenciamento nº 785/2022). No início de 2023 identificou-se a necessidade de substituição dos Editais de Credenciamento Nº 429/2022 e Nº 068/2022 e, consequentemente, dos credenciamentos a ele vinculados, os quais são regidos pela Lei nº 8.666/93 e precisam ser adequados à "Nova Lei de Licitações", Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Memorando SEI Nº 0019731115/2024 - SES.UAD.ACP).

11.2 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a CREDENCIADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) Identificação dos riscos: para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Inexistência de empresas interessadas no edital.

b) Análise de riscos: os riscos encontrados possuem como consequência a redução ou indisponibilidade de atendimento.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Toma incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Toma improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos: dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Impacto: Muito Alto (5)

Classificação: Alto (2 x 5 = 10)

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos: com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de Aceitar.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		

4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 - Com base nas informações levantadas durante o estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para o presente Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, a serem remunerados de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. Desta forma, conclui-se que a melhor solução encontrada é a contratação de Prestadores de Serviços de Saúde Especializados em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, incluindo atendimento e acompanhamento, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, na modalidade de credenciamento.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna de Albuquerque Catelano**, **Coordenador(a)**, em 20/01/2025, às 14:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024223808** e o código CRC **36AABA12**.

Rua Doutor Plácido Olímpio de Oliveira, 676 - Bairro Bucarein - CEP 89202-450 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.030115-2

0024223808v5